

Brasília, 08 de junho de 2026

Seleção

Sumário

CNBC Brasil Online

Domingo, 07 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Quais são as diferenças entre a investigação sobre trabalho forçado e a Seção 301? 3

Migalhas

Domingo, 07 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Trabalhadores receberão por perderem patente por culpa de empresa 6

O Globo

Segunda-feira, 08 de junho de 2026 | Direitos Autorais

Violações de robôs de IA despertam reação global 8

Quais são as diferenças entre a investigação sobre trabalho forçado e a Seção 301?



O Brasil passou a enfrentar, em 2026, duas frentes distintas de questionamentos comerciais por parte dos Estados Unidos. A mais recente envolve uma investigação sobre trabalho forçado, anunciada em março pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR).

Enquanto outra apuração, concluída em junho, foi conduzida com base na Seção 301 da Lei de Comércio americana.

Embora ambas possam resultar em barreiras comerciais e aumento de tarifas, os objetivos, as justificativas e o alcance dos processos são diferentes.

Duas investigações

A investigação sobre trabalho forçado foi aberta em março e incluiu o Brasil em uma lista de 60 economias analisadas pelos Estados Unidos.

O foco da apuração está nas condições de trabalho existentes em cadeias produtivas que abastecem o mercado internacional.

:

Veja repercussão da tarifa de 50% imposta ao Brasil por Trump

Ibovespa B3 emenda terceira perda sob ofensiva protecionista de Trump

Leia na íntegra a carta de Trump taxando produtos brasileiros em 50%

Segundo o governo americano, o objetivo é verificar se determinados países oferecem vantagens competitivas por meio do uso de mão de obra em condições consideradas abusivas ou análogas à es-

cravidão.

No caso brasileiro, o principal alvo das atenções é o agronegócio, setor frequentemente citado por grupos agrícolas americanos em disputas comerciais.

Já a investigação baseada na Seção 301 tem uma abrangência mais ampla. Ela não se concentra em relações trabalhistas, mas em políticas, normas e regulamentações que Washington considera prejudiciais aos interesses econômicos dos Estados Unidos.

O que é a investigação sobre trabalho forçado?

A apuração relacionada ao trabalho forçado busca identificar possíveis violações trabalhistas dentro das cadeias de produção dos países investigados.

Na visão do governo americano, empresas estrangeiras que utilizam trabalhadores em condições irregulares podem reduzir custos de produção e competir de forma desigual com empresas dos Estados Unidos.

Leia também :

Leia na íntegra a carta de Trump taxando produtos brasileiros em 50%

Gayer: Itamaraty diz a embaixada dos EUA que postura é "intromissão inaceitável"; veja bastidores

Por essa razão, o debate gira em torno de direitos trabalhistas, fiscalização, condições de emprego e combate ao trabalho análogo à escravidão. O centro da discussão está na forma como os produtos são produzidos.

O que é a Seção 301

A Seção 301 é um instrumento criado pela Lei de Comércio dos Estados Unidos de 1974. Ela permite que o governo americano investigue práticas de outros países consideradas injustas, discriminatórias ou prejudiciais ao comércio americano.

Nesse caso, a análise não se limita a um setor específico nem a questões trabalhistas. O escopo pode incluir:

Continuação: ■

Quais são as diferenças entre a investigação sobre trabalho forçado e a Seção 301?



O que é CET e por que ele pode encarecer seu financiamento

Comércio digital;

Propriedade intelectual;

Acesso a mercados;

Tributação;

Serviços financeiros;

Pagamentos eletrônicos; e

Outras políticas econômicas.

Foi com base nesse mecanismo que o USTR investigou o Brasil e apontou preocupações relacionadas ao comércio digital, sistemas de pagamento eletrônico, **propriedade intelectual**, mercado de etanol, combate à corrupção e políticas ambientais.

Diferença no foco das acusações de trabalho forçado e Seção 301

A principal diferença entre os dois processos está no objeto da investigação. A apuração sobre trabalho forçado procura identificar possíveis violações trabalhistas que possam gerar vantagens de custo para exportadores estrangeiros.

Leia também: [A Embaixada dos EUA detalha punições ao Brasil após classificação de PCC e CV como terroristas](#)

Já a Seção 301 examina regras econômicas e comerciais adotadas por um país. O foco está em políticas públicas e regulações que, na avaliação dos Estados Unidos, criariam obstáculos para empresas americanas.

Enquanto uma investigação analisa como os produtos são produzidos, a outra avalia as regras que regulam o funcionamento dos mercados.

Possíveis consequências para o Brasil

As duas investigações podem resultar em medidas comerciais, mas os caminhos são diferentes. No caso do trabalho forçado, eventuais restrições tendem a atingir setores ou produtos específicos associados às denúncias investigadas.

O agronegócio aparece como a principal área de atenção devido às acusações feitas por representantes do setor agrícola americano.

Leia também: [A Petrobras adere a subvenção federal ao diesel e preserva política de preços](#)

Na Seção 301, as medidas podem ter alcance mais amplo. O instrumento permite a aplicação de tarifas adicionais sobre produtos importados e outras formas de pressão econômica destinadas a forçar mudanças nas políticas consideradas problemáticas por Washington.

Pressão comercial crescente

Embora tenham naturezas distintas, as duas iniciativas mostram o aumento das pressões comerciais dos Estados Unidos sobre parceiros econômicos, incluindo o Brasil.

A investigação sobre trabalho forçado está ligada a questões trabalhistas e concorrenciais. A Seção 301, por sua vez, funciona como uma ferramenta mais abrangente de política comercial, utilizada para contestar regras e práticas econômicas de outros países.

Leia também: [A Durigan critica falta de diálogo dos EUA e vê riscos econômicos em classificação de PCC e CV](#)

Na prática, os dois processos colocam o Brasil sob escrutínio de Washington, mas por razões diferentes. Enquanto um debate se concentra nas condições de trabalho forçado dentro das cadeias produtivas, o outro envolve disputas sobre regras de comércio, acesso a mercados e ambiente regulatório.

Continuação: ■

Quais são as diferenças entre a investigação sobre trabalho forçado e a Seção 301?



Bastidor financeiro: por que a Estrela entrou em recuperação judicial?

Visualizando todos Stories

O que é IPCA? Entenda como funciona o índice que mede a inflação brasileira

Por André Amadeus

FGC protege seu investimento? Veja como funciona e quais produtos financeiros entram na regra de proteção

Por André Amadeus

Siga o Times Brasil no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo.

Seguir no Google

Financiamento pode sair mais caro do que parece; entenda o custo real antes de contratar

Por Naty Falla

Este é o filme recordista de remakes que entrou para o Guinness Book; veja o alcance

Por Joyce Canelle

Como a Disney usa o esporte para conquistar uma nova geração de fãs; veja a estratégia

Por Joyce Canelle

Quer comprar um imóvel em 10 anos? Veja quanto guardar por mês para chegar a R\$ 300 mil
Quer comprar um imóvel em 10 anos? Veja quanto guardar por mês para chegar a R\$ 300 mil

Por André Amadeus

Bitcoin e criptos entram em fase mais madura; veja o que está mudando no setor

Por Nathalia Gimenes

OpenAI escolhe Singapura para seu primeiro laboratório de IA fora dos EUA; entenda o motivo

Por Naty Falla

O que é CET e por que ele pode encarecer seu financiamento

Por Naty Falla

Bastidor financeiro: por que a Estrela entrou em recuperação judicial?

Por André Amadeus

Trabalhadores receberão por perderem patente por culpa de empresa



Perda de uma chance TST mantém indenização a trabalhadores que perderam patente por culpa de empresa Tribunal reconheceu a omissão da empresa em pagar taxas, resultando na perda do registro e na chance de reconhecimento como inventores de equipamento industrial. Da Redação

domingo, 7 de junho de 2026

Atualizado às 08:59

7ª turma do TST condenou siderúrgica a indenizar dois ex-empregados após empresa deixar de pagar as anuidades necessárias à manutenção do pedido de patente de equipamento industrial desenvolvido por eles.

Colegiado manteve o entendimento de que a omissão da companhia causou aos inventores a perda da chance de serem reconhecidos como cotitulares da criação e de receber a remuneração prevista na lei da **propriedade industrial** (9.279/96).

Entenda

O caso envolve um "vagone com trolley para troca de ventaneiras", equipamento criado pelos empregados da siderúrgica durante o trabalho.

A própria empresa reconheceu o potencial da invenção e, em 2006, protocolou pedido de patente junto ao **INPI**. Contudo, deixou de recolher as anuidades exigidas para a continuidade do processo administrativo. Após notificações do instituto, o pedido foi definitivamente arquivado em setembro de 2016, fazendo com que o invento caísse em domínio público.

Os trabalhadores, então, ajuizaram ação pleiteando indenização pelos prejuízos decorrentes da perda da patente.

TST mantém indenização a trabalhadores que perderam patente por culpa de empresa.(Imagem: Rmcarvalhobsb/AdobeStock)

Perda de uma chance

O TRT da 3ª região concluiu que a empresa agiu com culpa ao não dar prosseguimento ao procedimento iniciado por ela própria perante o **INPI**. Segundo o tribunal regional, a omissão impediu que os autores tivessem a oportunidade de obter o reconhecimento oficial da invenção e, consequentemente, a justa remuneração pela sua exploração econômica.

Na decisão, o TRT aplicou a teoria da perda de uma chance. Para o colegiado, embora não houvesse garantia de que a patente seria concedida, existia uma probabilidade concreta de sucesso, frustrada pela negligência da empresa. Assim, os empregados perderam uma oportunidade real de obter benefício econômico decorrente da criação.

A reparação foi calculada com base na remuneração dos inventores e no período de proteção que a patente poderia ter alcançado. Para definir o valor, o TRT considerou a utilização efetiva do equipamento pela empresa, os ganhos operacionais proporcionados pelo invento, o prazo legal de 20 anos de vigência da patente e a probabilidade de êxito no processo de registro.

Com esses parâmetros, a indenização foi arbitrada em 33,33% do último salário de cada inventor, projetado por 240 meses, equivalentes aos 20 anos de proteção patentária. Sobre o montante apurado, foi aplicado redutor de 50%, percentual correspondente à chance de obtenção da patente que os trabalhadores perderam em razão da conduta da empresa.

A empresa recorreu ao TST alegando, entre outros pontos, que os inventores já haviam recebido remuneração pelo invento e que não haveria dano indenizável.

A turma, porém, afastou a tese. O relator, ministro Cláudio Brandão, destacou que não ficou comprovada quitação ampla dos direitos relacionados à invenção e que o acórdão regional registrou a perda da oportunidade de os trabalhadores serem reconhecidos como cotitulares do invento, com direito à remuneração prevista no art. 91 da lei 9.279/96.

Processo: 0010114-31.2017.5.03.0054

Leia o acórdão.

Violações de robôs de IA despertam reação global



São bem-vindas as iniciativas para conter a rapina indiscriminada de conteúdo protegido por direito autoral

Tem crescido a pressão sobre empresas digitais para que remunerem os produtores pelo uso de seu conteúdo no treinamento dos modelos de inteligência artificial (IA), um roubo em escala sem precedentes, nas palavras do presidente do New York Times, Arthur G. Sulzberger. Empresas como OpenAI, Anthropic, Meta e Google têm copiado e usado sem autorização tudo o que encontram nos sites da imprensa profissional, de editoras, instituições acadêmicas, produtores de música ou vídeo e outros detentores de direitos autorais. Além de a cópia não autorizada ser crime, a apresentação de resumos por mecanismos de busca e robôs de IA reduz o tráfego nos sites noticiosos, com impacto nas receitas de publicidade e assinaturas.

Na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil estão em curso iniciativas regulatórias e judiciais para deter a violação sistemática. O último lance ocorreu no Reino Unido, onde a Autoridade de Concorrência e Mercados (CMA) estabeleceu na semana passada que proprietários de páginas da internet podem impedir que seu conteúdo seja usado no treinamento de modelos. No mês passado, a Corte de Justiça da União Europeia (UE) referendou a posição da autoridade italiana de telecomunicações,

que impôs à Meta o pagamento de direitos autorais em virtude do uso sem permissão de conteúdos produzidos por editores e empresas jornalísticas do país. Nos Estados Unidos, editoras e autores de livros também processam a Meta por desrespeito aos direitos autorais no treinamento de modelos. No Brasil, o Cade abriu processo contra o Google pelo mesmo motivo.

A UE, por meio da Lei de Serviços Digitais (DSA), está na vanguarda na fiscalização das plataformas. Além da questão dos direitos autorais, o bloco acusa a Meta de permitir o acesso de menores de 13 anos ao Instagram e Facebook. "As medidas implementadas pela empresa para fazer cumprir essas restrições não parecem eficazes", afirma a Comissão Europeia (CE). No mês passado, autoridades europeias lançaram um aplicativo de verificação de idade. Na ocasião, Ursula von der Leyen, presidente da CE, declarou que agora as plataformas "não têm mais desculpas" para deixar de vigiar a idade de quem trafega em suas redes.

A UE converteu-se na fronteira mais avançada no enfrentamento às plataformas por ter legislação mais dura e agir com rapidez. Nos últimos anos, o Google teve de desembolsar ? 8 bilhões em penalidades por desobedecer à legislação antitruste, a Meta pagou multa de ? 1,2 bilhão por transferir dados de europeus aos Estados Unidos, e a Apple foi multada em ? 1,8 bilhão por sabotar a concorrência no mercado de música. Por tradição, o mercado é menos regulado nos Estados Unidos, mas lá também as plataformas respondem a processos e têm sido punidas com multas de centenas de milhões de dólares por infrações diversas, do descuido com privacidade infantil a manobras no mercado de anúncios.

Em vez de adotar atitude razoável com o advento da IA, empresas digitais persistem na rapina sistemática de conteúdo. O desenvolvimento e a atualização dos robôs dependem do fluxo constante de textos, imagens e sons. As empresas de comunicação devem, portanto, poder barrar o acesso dos modelos de IA a seus arquivos e têm direito a ser

remuneradas para autorizá-lo. Ao mesmo tempo, a vigilância das autoridades sobre as plataformas deve ser contínua no mundo todo.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	6,7
Marco regulatório INPI	4,5
Propriedade Industrial	4,5
Propriedade Intelectual	1,2,3